



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000161-22.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Consignação Em Pagamento - Pagamento em Consignação**
 Requerente: **GUILHERME BLOTTA**
 Requerido: **EKOHAUS ESQUADRIAS EIRELI - ME e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Guilherme Blotta move *ação de consignação em pagamento* contra Ekohaus Esquadrias Eireli ME e Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Sustenta que adquiriu da primeira ré esquadrias em PVC, para pagamento através de um entrada de R\$ 20.000,00 acrescida de 07 parcelas de R\$ 5.350,00. O combinado foi que o pagamento seria feito à segunda ré, através de carnê emitido por esta. A entrada e as 06 primeiras parcelas já foram pagas. Todavia, o autor tomou conhecimento de que a primeira ré está em situação financeira extremamente delicada, sendo demandada em diversas ações judiciais, inclusive com determinação, numa delas, de arresto de bens, e pendência no Refin. Há risco concreto de a primeira ré não lograr êxito no cumprimento de sua prestação contratual. Por tal razão, é movida a presente ação, para que a sétima e última parcela, de R\$ 5.350,00, seja consignada. Haverá, futuramente, a propositura de ação de rescisão do contrato, com a repetição do montante já pago.

Contestação da Aymoré, fls. 63/74, alegando preliminares e, no mérito, que não há recusa, de sua parte, ao recebimento, assim como seu crédito é regular.

Ekohaus citada por edital, fls. 177.

O autor desistiu da ação, em relação a Ekohaus.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há

1000161-22.2015.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

A presente ação judicial deve ser adequadamente compreendida e, sendo-o, fica afastada a preliminar apresentada em contestação.

O pedido consignatório formulado pelos autores não tem a natureza da consignação regulada pelos arts. 334/345 do CC e com rito disciplinado nos arts. 539/549 do CPC-15, pois aquela consignação é concedida a quem quer pagar e liberar-se da própria obrigação¹, não sendo o caso dos autos, em que não existe qualquer óbice ao pagamento, sequer discussão sobre o valor da parcela, e, na realidade, pretende a autora, com a providência, acautelar seus interesses financeiros, ante a frustração de sua confiança em relação à capacidade da ré Ekohaus Esquadrias Eireli ME de cumprir com a sua prestação do contrato copiado às fls. 16/21.

Trata-se, em realidade, de verdadeira ação cautelar, acessória e dependente da ação de rescisão contratual noticiada na petição inicial, fls. 3, Item 12. Se a rescisão contratual for acolhida – inclusive em relação à instituição financeira ré -, o montante será levantado pela autora. Será levantado pela instituição financeira se, e somente se, for desacolhida a rescisão do contrato, em relação à Aymoré. Tal situação em que a eficácia de pagamento, da consignação, depende do desfecho de uma ação principal, mostra com clareza a natureza cautelar da presente lide.

Há a necessidade, pois, de propositura da ação principal, o que deverá ocorrer no prazo de 30 dias úteis contados da intimação da autora, pelo DJE, a propósito desta sentença. A distribuição há de ser por dependência, e os autos serão apensados a estes.

Passo ao julgamento da cautelar.

¹ Mas, por alguma circunstância, como a recusa ou o impedimento do credor de receber, a dúvida sobre quem é o credor, ou a pendência de litígio sobre o objeto do pagamento, não consegue pagar, se não por intermédio da consignação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O autor celebrou com Ekohaus Esquadrias Eireli ME contrato de compra e vendas de esquadrias, fls. 18/21. Todavia, o pagamento do preço, pelo autor, não se daria, pelo referido contrato, à vendedora, e sim à instituição financeira ré, Aymoré. Isto, em razão de um segundo contrato, cujo sentido pode ser visto nas fichas cadastrais de fls. 23/25. O crédito da Ekohaus foi imediatamente cedido à Aymoré.

Em cognição sumária e provisória, típica das ações cautelares, reputo que tais contratos são, aparentemente, coligados.

Ruy Rosado de Aguiar Jr., a propósito, esclarece: “é possível que os figurantes fujam do figurino comum e enlacen diversas convenções singulares (ou simples) num vínculo de dependência, acessoriedade, subordinação ou causalidade, reunindo-as ou coligando-as de modo tal que as vicissitudes de um possam influir sobre o outro” (Extinção dos contratos por incumprimento do devedor (Resolução). Rio de Janeiro: Aide, 1991, p. 37)

Sobre o tema, o enunciado 421 da V Jornada de Direito Civil deixou assentado: "os contratos coligados devem ser interpretados segundo os critérios hermenêuticos do Código Civil, em especial os dos arts. 112 e 113, considerada a sua conexão funcional”.

Temos, pois, que a sorte do contrato principal (compra e venda) repercutirá sobre o processo acessório ou coligado (cessão do crédito).

Se há o inadimplemento da vendedora Ekohaus, que poderá, nesse caso, ser condenada a restituir o montante pago, parece-me pertinente que os efeitos dessa rescisão recaiam também sobre a instituição financeira.

Tendo em vista tais fundamentos, concluo que a consignação deve ser mantida. O depósito será levantado em favor da instituição financeira caso a ação principal seja julgada improcedente em relação a ela. E levantado em favor do autor caso acolhido contra ela.

Julgo procedente a ação para, a título cautelar, manter o depósito efetivado pelo

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

autor nos autos, confirmando as liminares de fls. 101 e 162 O depósito será levantado à Aymoré caso a ação principal a ser proposta seja rejeitada em relação a ela. Será levantado ao autor caso a ação principal seja acolhida em relação à Aymoré. A ação principal deverá ser movida no prazo de 30 dias contados da publicação desta sentença no DJE. A Ekohaus deverá ser incluída no pólo passivo da referida demanda principal (litisconsórcio necessário, porque faz parte do contrato). Sua presença é dispensável, porém, nesta ação simplesmente cautelar e que diz respeito apenas ao depósito cujo credor é a Aymoré. Por isso, aqui, homologo a desistência de fls. 180, relativamente à Ekohaus. A questão relativa às verbas sucumbenciais devidas pela cautelar será objeto de apreciação no processo principal.

Se a ação principal não for proposta no prazo acima assinalado, levante-se o depósito em favor da Aymoré.

P.I.

São Carlos, 02 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**